

Igino Giordani ou o realismo da ingenuidade

Antonio Maria Baggio

Tradução: José Maria de Almeida

Somente nas duas últimas décadas, a crítica italiana vem reconhecendo a personalidade humanística e poliédrica de Igino Giordani. Profundo conhecedor do pensamento patrístico, o que lhe permite redescobrir, no seio do pensamento cristão, os fundamentos conceituais dos principais Direitos Humanos e os principais valores, “derivados do cristianismo”, da história moderna e contemporânea. Sua “ingenuidade” inspira uma nova geração de políticos. *Abba*, São Paulo, V. 5, n. 1, pp. 49-56.

A recente publicação de *Rivolta cattolica*, por parte da Editora Città Nuova, reavivou, na Itália, a atenção do público sobre a figura de Igino Giordani. Publicado por Pietro Gobetti já em 1925, *Rivolta cattolica* é um livro forte, asperamente polêmico, que mostra um Giordani veemente em pleno ataque contra o fascismo mussoliniano e todos aqueles — inclusive os católicos e, dentre estes, os membros do Partido Popular que haviam se bandeado para o fascismo — que lhe pareciam condescendentes com o liberticídio, ou mesmo cúmplices dele. Na introdução à obra, algumas páginas de Francesco Malgeri, um dos protagonistas da “descoberta” de Igino Giordani, realizada pela historiografia acadêmica italiana apenas nos anos 80 e 90.

A consciência da importância de Igino Giordani na história do engajamento político dos católicos italianos do séc. XX vai acontecendo, de fato, muito lentamente no seio da historiografia contemporânea, e adquire um peso significativo somente depois da sua morte. Em numerosos ensaios ao longo dos anos 60 e 70 aparecem, é verdade, referências à figura de Giordani, mas seu nome só aparece num título em 1979 (Marcucci, 1979).

A virada começa com a publicação, no *Dizionario storico del Movimento cattolico in Italia 1860-1980*, do verbete “Giordani, Igino”, escrito por F. Molinari (Traniello-Campanini, 1982). Em 1985 é a vez de G. De Rosa, que concentra a sua atenção sobre o papel de Giordani como corajoso opositor ao fascismo (*Fonti e documenti*, 1985); ainda de 1985 é o ensaio de F. D’Ambrosio (D’Ambrosio, 1985); de 1986 é a primeira biografia de Giordani (Robertson, 1986); sucessivamente, o mesmo De Rosa intervém com um *Prefácio* à obra que reúne a correspondência trocada entre Giordani e Sturzo,

publicada por P. Piccoli (Giordani-Sturzo, 1987).

A década de 90 marca um outro momento de virada. De fato, esta década começa com um imponente congresso sobre Giordani, celebrado no Instituto Luigi Sturzo, de Roma; os relatórios apresentados no congresso, enriquecidos por outros ensaios, são publicados por Tommaso Sorgi no livro *Igino Giordani politica e morale* (Sorgi, 1990), que constitui até hoje a coletânea mais importante dedicada ao tiburtino. Os anos 90, a partir do congresso do Instituto Sturzo, assistem a um florescimento de livros inteiramente dedicados ao Giordani político, a partir dos estudos de M. Casella (Casella, 1990) e F. Giordano (Giordano, 1990), seguidos por um segundo livro de M. Casella (Casella, 1992), e pelos trabalhos de D'Alessandro (D'Alessandro, 1992) e Vasale (Vasale, 1993).

Um discurso à parte merece Tommaso Sorgi, autor do texto mais completo sobre Giordani (Sorgi, 1994), como diretor do “Centro Igino Giordani”, que o Movimento dos Focolares instituiu em 1985, ele que é universalmente reconhecido como o melhor conhecedor do pensamento de Giordani e verdadeira alma daquela que poderíamos chamar de *Giordani-renaissance* da última vintena; ao seu trabalho, também estas páginas devem muito.

A que se deve essa lentidão em tomar consciência da importância, na história do movimento católico, de Igino Giordani?

Pessoalmente experimentei, e por anos, o peso dos “mas” — que aos poucos saíram de cena, felizmente — quando são aplicados à sua figura, expressos em frases do tipo: “Sim, foi um grande homem, mas...”. “Mas” o quê? “Mas não estava aberto aos necessários acordos, sem os quais não se pode fazer política”; “Mas estava muito distante das manobras secretas, necessárias para se conquistar e manter um certo poder no seio do partido”; “Mas jamais expôs de maneira extensa, conceitual e doutrinária, as suas brilhantes intuições”.

Esse é um resumo dos tantos possíveis “mas”; suficientes, porém, para dar uma idéia das objeções que mais frequentemente se encontram associadas ao nome de Giordani.

Todos esses “mas” têm, na opinião deste redator, alguma razão para serem levantados, porque refletem os tantos possíveis pontos de vista “normais” ou “tradicionais” a partir dos quais um homem original como Giordani pode ser olhado: a quem, todavia, o conheceu, tais juízos deixam a nítida impressão de que partem de alguém que não conseguiu compreender, justamente, a sua originalidade.

Entender Giordani, as suas idéias, a sua visão da política e dos motivos pelos quais devemos nos engajar nela, não é possível se permanecemos arraigados a visões estreitas, ou mesmo meramente “habituais”, a respeito da política. Eu próprio já considerei ingênuo o pensamento de Giordani, e também já me ocorreu de atribuir tal ingenuidade a um certo distanciamento dos acontecimentos quotidianos típico da velhice, isso antes de eu perceber — muito rápido, felizmente — o quanto Giordani era livre e, gostaria de dizer, espiritual e intelectualmente destemido, aos 80 anos de idade, que foi quando este escriba o adotou como mestre. Porque ele havia pulverizado aqueles cabrestos com os quais os personagens políticos costumam — na tentativa de manter, de algum modo, uma linha política — engessar o próprio pensamento; e, ao invés, mergulhara de cabeça nessa fonte inesgotável de riqueza ideal e intelectual que é a doutrina social cristã. A liberdade

intelectual despe a pessoa dos preconceitos, desembaraça os curtos-circuitos ideológicos e, enfim, retira aqueles cômodos pontos de apoio aos quais se é habituado, devido à política, pelas certezas do partido, pelas — diria Giordani — “verdades de plantão”. E quem está acostumado com o pensamento político como *commodity* quotidiana sente dificuldade para seguir o pensamento de quem, como Giordani, cita João Crisóstomo ao propor uma idéia dele como receita para o problema político do momento.

A suspeita de que, efetivamente, no pensamento e na figura de Giordani haveria algo de relevante, mas difícil de captar, fica reforçada quando nos colocamos diante de reflexões como aquela proposta pelo senador Giulio Andreotti, no editorial de “30 giorni” em setembro de 1994. A intervenção de Andreotti é importante porque, no seu caso, não é um historiador que está reavaliando Giordani, mas um político e alguém que, no seu tempo, teve válidos motivos para fazer escolhas diferentes.

Andreotti reconhece em Giordani uma notável capacidade política, e exemplifica-a recordando os acontecimentos relativos ao Pacto atlântico. Giordani defendeu a adesão a ele — no importante discurso de 16 de março de 1949 — “numa ótica de autêntica defesa da paz”; e a sua argumentação se tornou “uma referência fundamental para a tomada de posição sobre o tema no âmbito dos católicos italianos”. Se a paz era o objetivo, devia ser considerada inteiramente coerente a apresentação feita por Giordani — junto com o socialista Umberto Calosso —, de um projeto de lei sobre a objeção de consciência: isto é, enquanto, de um lado, se assinava um pacto defensivo interpretando-o como o meio para se garantir a segurança necessária ao desenvolvimento do diálogo entre Ocidente e Oriente da Europa, por outro, buscava-se dar maior impulso a uma cultura da paz também através da objeção de consciência.

No entanto, Giordani parece ter exigido demais da opinião pública da época, inclusive católica, de cujo apoio dependia. A avaliação que, hoje, Andreotti faz daquele período é esclarecedora: “Devo confessar que naquele momento, todo tomado pela mentalidade governativa e embora tendo a máxima estima e afeto pelo antigo ponto de referência de nós, jovens católicos, só consegui ver a negatividade prática dessas atitudes, que levavam água para o moinho dos comunistas. Aliás, não era fácil para a opinião pública orientar-se, quando na oposição às despesas militares estavam mestres de sociologia cristã como Giordani”.

E não ocorreu a dúvida, então, de que talvez esses mestres devessem ser ouvidos; aliás, com o tempo eles foram privados do apoio necessário para continuar usando o púlpito do Parlamento, a partir do qual continuavam a combater o realismo político. De fato, Giordani não foi reeleito em 1953.

É muito interessante o juízo de conjunto que o senador Andreotti faz, hoje, da figura de Giordani; juízo no qual os aspectos espirituais têm um peso preponderante: “Segundo os cânones dos juízos políticos — conclui Andreotti —, Iginio, com os seus exíguos sete anos de Montecitorio, não foi alguém influente. O noticiário nem fala dele (ou quase); os historiadores provavelmente o ignorarão. Inclusive muito da sua contribuição para o ensaísmo e a apologética católica parece fora de moda, como havia previsto (...). Mas nessa solidão Giordani construiu, dia após dia, uma total entrega a Deus, com uma comovente consciência da essencial mediação mariana”.

É esse enraizamento ideal — que é, aliás, a causa da famosa “ingenuidade” — que confere à personalidade de Giordani uma característica que determina também a sua ação

política. Em outros termos, Giulio Andreotti reconhece, hoje, a importância *política* da dimensão *ideal* de Giordani. Em referência ao atual período político de transição, ele escreve: “Parece, aliás, fora de dúvida que é preciso reviver em sua inteireza aqueles valores que estiveram na base de sucessos políticos e sociais, de outro modo impossíveis. Ninguém, certamente, nega a importância das estruturas, dos alinhamentos, das técnicas operativas. Mas não se repita o erro de ignorar que a *optima pars*, mesmo na vida pública, está com aqueles que exerceram um papel pouco ressoante, como Igino Giordani”.

Em outros termos, não se pode fazer política sem ética e sem ideais; e se — absorvidos pela gestão do cotidiano — se cai no erro de esquecê-los, a história, um dia, vai cobrar o preço disso.

A esse propósito, sustenta De Rosa, muito se escreverá ainda sobre Giordani, e sem “sair” do Giordani político para se ocupar do Giordani religioso ou místico, na medida em que o acesso a outras fontes permita o “alargamento dos nossos horizontes à dimensão mais cultural e espiritual da política”. Não se deve, pois, pensar que para entrar na esfera política se deva sair da espiritual, ou que se possa contrapor um Giordani “espiritual” a um Giordani “político”; antes se tome consciência de que sem espiritualidade, sem alma — é essa uma das lições de Giordani — não se faz política. Ou, pelo menos, no sentido que Giordani dava a ela; que é, antes de mais nada, o sentido mesmo da política, tal como o autêntico popularismo sturziano a entendeu, e como De Rosa agudamente coloca em evidência.

Teria sido errada — pergunta-se este último — a idéia daqueles católicos conservadores que, ajudando a política fascista, se propunham a “normalizar” o próprio fascismo? E responde sustentando que essa perspectiva tinha a força do bom senso, da *realpolitik*: “Ora, justamente, os homens do desafio, como Sturzo, Ferrari, Giordani, exigiam da política não o fundamento do bom senso, não as regras do jogo das alianças, não a busca do mal-menor, não a adaptação às circunstâncias da força maior: a sua condenação ao exílio foi, antes de tudo, uma auto-exclusão do mundo das conveniências, dos ajustamentos possíveis, e essa escolha foi possível porque, para eles, a militância partidária tinha, justamente, uma conotação ética...” (De Rosa *apud* Sorgi, 1995, p. 15).

Dos três “populares” que De Rosa cita, Giordani foi seguramente aquele que, pela cultura e pelo temperamento, o menos disposto a mediações lingüísticas entre religião e política, o menos preocupado em traduzir em outros termos a Palavra evangélica ou a fulgurante intuição de algum Padre da Igreja e, por isso, encontramos, no tiburtino, expressões que poderiam erroneamente induzir a ver no seu pensamento traços de integralismo, quando, ao invés, significam somente a imediatez e a força da inspiração ideal.

Em Giordani está bem clara a distinção entre as esferas religiosa, civil e política, mas também clara é a necessidade de que a primeira alimente as demais; como é clara também a grande contribuição cultural que o cristianismo forneceu, no curso da história, à formação dos principais conceitos políticos da democracia. O seu extraordinário conhecimento do pensamento patrístico lhe permite redescobrir, no seio do pensamento cristão, os fundamentos conceituais dos principais Direitos Humanos e dos principais valores que a história moderna e contemporânea, com tanta dificuldade, através de

séculos, chega a reconhecer: “Em resumo — observa Claudio Vasale —, liberdade, fraternidade, igualdade são princípios que derivam, antes que da Revolução Francesa, do cristianismo” (Vasale *apud* Sorgi, 1995, p. 409).

Do encontro entre a matriz cultural cristã e as exigências e os dramas da história deste século Giordani faz uma sua síntese original, que dia após dia, por meio da sua pena de jornalista polemista, vai destilando ao comentar os eventos quotidianos. Como ainda, agudamente, nota Vasale, Giordani “representa o caso, ao mesmo tempo emblemático e problemático, de uma abordagem atípica dessa espécie, isto é, uma tentativa de plantar diretamente na política o magistério social e, assim, de fazer com que se inspire diretamente nele a política, do tema da paz e da objeção de consciência àquele da propriedade, da justiça social e da solidariedade, e assim por diante” (*Ibid.*, p. 405).

Giordani conhecia bem o fio-de-ouro das obras sociais realizadas pelos cristãos no decurso dos dois mil anos de história; havia visto, em sua juventude, as mais recentes obras implantadas pelos católicos italianos, canalizando para a área social todas as energias que o “*non expedit*” lhes impedia de despejar na participação da vida política. E, portanto, para ele, a doutrina social cristã era realidade viva e experiência; ao mesmo tempo, pois via a história ocidental tão intimamente carregada de elementos cristãos que tornaria supérfluas outras mediações culturais; daí, talvez, a imediatez das fórmulas e das aplicações que Giordani propunha, frente aos concretos problemas sociais e políticos.

Um Giordani, pois, pouco propenso às mediações lingüísticas, e decididamente intolerante às éticas. Há quem veja essa atitude como uma limitação, porque em política é preciso saber ceder, saber construir lentamente e esperar. É verdade. Mas o que deveríamos extrair da lição de Giordani é que toda tática e toda passagem devem permanecer funcionais a um objetivo ideal mais alto, devem continuar sendo, em si, bons (não se extrai o bem do mal, o fim não justifica os meios); e jamais se deve fechar o espaço, em política, à dimensão profética: se esta se apagar, ninguém mais será capaz de julgar até que ponto um acordo é aceitável e de que momento para frente se torna uma traição à identidade e ao objetivo daquele — pessoa ou partido — que faz política sob inspiração cristã. Alguns problemas que Giordani encontrou — como a tendência a fechar a vida partidária à profecia, a fazer do profissionalismo político a única justificativa para tomar a palavra, com exclusão do *humus* social do qual, ao invés, todo partido deveria sempre se alimentar, a imposição aos cidadãos de uma delegação quase que absoluta, favorecendo a sua passividade política, mais do que a sua participação — estão presentes e ameaçadores ainda hoje.

E então? Então, com De Rosa, “se poderia dizer que Giordani é o político da ‘antipolítica’, isto é, não feito para todas as estações, não disponível para as razões do poder pelo poder, para as jogadas imaginadas pelos muitos amigos do mesmo partido” (De Rosa, 1985, p. 16). De Rosa se refere aos últimos anos do Partido Popular, uma temporada que se revelou boa para alguém como Giordani, tanto que foi a ele que Sturzo confiou o partido agonizante. Giordani foi, então, um político feito para as temporadas mais difíceis, ou fundacionais, para aquelas nas quais a personalidade de quem se ocupa de política faz, para um país, a grande diferença.

Esta temporada que vivemos seria boa para Giordani. Mas ele não está mais aqui. No entanto, há muitos outros, e jovens, que compartilham seus ideais, porque de uma vez para todas não deveria ser esquecido que Giordani fez escola, que são muitos os jovens

que, inspirando-se em seu pensamento, se decidiram, nestes anos, pelo engajamento político; “como todos os grandes espíritos — escreveu Andreotti — *defunctus loquitur*; a solidão que conheceu enquanto vivo foi substituída por uma crescente capacidade comunicativa com quem está à procura de portos seguros”.

Que venha, então, uma geração de políticos “ingênuos”.

Bibliografia

- CASELLA, M., 1990. *Igino Giordani. La pace comincia da noi*. Roma : [s.n.].
- , 1992. *Cultura politica e socialità negli scritti e nella corrispondenza di Igino Giordani*. Nápoles : [s.n.].
- D’ALESSANDRO, 1992. *Igino Giordani e la pace. Gli anni de “La Vie” (1949-1953)*. Roma : [s.n.].
- D’AMBROSIO, F., 1985. *Igino Giordani. Un protagonista politico del PPI e della DCI*. Nápoles : [s.n.].
- DE ROSA, G., 1985. “La fine del popolarismo attraverso il *Bollettino* di Igino Giordani”. In: *Fonti e documenti*. Urbino : [s.n.].
- GIORDANI-STURZO, 1987. Prefácio G. De Rosa. *Un punto fra due generazioni. Carteggio (1924-1958)*. Bari : [s.n.].
- GIORDANO, F., 1990. *L’impegno politico di Igino Giordani*. Roma : [s.n.].
- MARCUCCI, G. Fanello, 1979. “1925: gli stratagemmi di Giordani per aggirare la censura fascista”. In: *La Discussione*. 10.set.
- ROBERTSON, E., 1986. *Igino Giordani*. Roma : Città Nuova.
- SORGI, T., 1990. *Igino Giordani politica e morale*. Roma : Città Nuova.
- , 1994. *Igino Giordani — Sinal dos tempos novos*. São Paulo : Cidade Nova.
- TRANIELLO, F. – CAMPANINI, G., 1982. *Dizionario Storico del Movimento cattolico in Italia*. Vol. 2. Casale Monferrato : [s.n.].
- VASALE, C., 1993. *Il pensiero sociale e politico di Igino Giordani*. Roma : [s.n.].